

Ex.mo Senhor Ministro, da
Educação, Ciência e Inovação
Professor Doutor Fernando Alexandre

Têm vindo a público posições que alertam para alegados riscos de desvalorização da profissão docente, designadamente quanto aos seguintes assuntos:

- *Eventual aligeiramento das exigências de qualificação;*
- *Fragilização de vínculos;*
- *Dissolução da carreira docente no quadro geral da Administração Pública;*
- *Fim da carreira de corpo especial dos professores e educadores.*

Pela responsabilidade que temos perante os sete sindicatos de professores que representamos, os seus milhares de associados e, em última instância, todos os docentes, e reconhecendo que afirmações desta natureza podem gerar legítima inquietação na classe docente, consideramos indispensável que todas as dúvidas sejam plena e inequivocamente esclarecidas.

Na FNE entendemos que o processo de revisão do ECD deve partir de um princípio inequívoco: a valorização da profissão docente, o reforço da sua identidade própria e a consolidação do seu estatuto enquanto carreira de corpo especial, com exigências de qualificação elevadas, estabilidade de vínculos e reconhecimento social compatível com a importância estratégica da função que desempenha.

É fundamental que o Ministério esclareça, sem ambiguidades, que a proposta em discussão não comporta as intenções que lhe são atribuídas, e que o objetivo central desta revisão do ECD é o reforço da atratividade, da estabilidade e da dignificação da carreira docente.

Neste sentido, solicitamos ao MECI que dê garantias formais e inequívocas de que:

- > *Não está em causa qualquer redução das exigências de qualificação profissional para o exercício da docência;*
- > *Não haverá fragilização dos vínculos nem qualquer mecanismo que promova a precarização;*
- > *A carreira docente manterá a sua natureza de corpo especial, com regime próprio e identidade diferenciada no seio da Administração Pública;*
- > *Não se verificará qualquer processo de descaracterização da profissão docente.*

Os docentes precisam de confiança, previsibilidade e segurança. Cabe ao Governo garantir que nenhuma reforma seja motivo de incerteza ou de receio, mas antes uma oportunidade de reforço da profissão e de reconhecimento do seu papel essencial na sociedade.

Lisboa, 2 de março de 2026

